

ATA NÚMERO 102/XIII/2.ª SL

Em 1 de março de 2017, pelas 10h, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, na Sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

10.00h

- 1. Audição do ex-Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, sobre transferências para paraísos fiscais.**
- 2. Audição do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, sobre transferências para paraísos fiscais.**
- 3. Apreciação e votação das atas n.ºs 99 e 100.**
- 4. Discussão e votação do requerimento do PSD – audição do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais sobre a política fiscal do Governo relativamente aos combustíveis.**
- 5. Discussão e votação do requerimento do PSD – Estudo da UTAO sobre receita fiscal dos combustíveis.**
- 6. Discussão e votação do requerimento do PSD – Audição de Diretores-Gerais da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) e do Inspetor-Geral de Finanças sobre alegada falta de controlo de transferências para paraísos fiscais.**
- 7. Discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 56/XIII/2.ª (GOV) - Adota uma medida transitória de redução do pagamento especial por conta previsto no artigo 106.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas - e do Projeto de Lei n.º 402/XIII/2.ª (PCP) - Cria as condições para a substituição do Pagamento Especial por Conta por um regime simplificado baseado em coeficientes técnico-económicos por sector de atividade.**
- 8. Definição da metodologia para apreciação, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 396/XIII/2.ª (PS) - Clarifica o titular do interesse económico nas taxas relativas a operações de pagamento baseadas em cartões (alteração ao Código do Imposto do Selo, aprovado pela Lei n.º 150/99, de 11 de setembro).**
- 9. Definição da metodologia para apreciação, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 404/XIII/2.ª (PCP) - Clarifica que o encargo do imposto de selo sobre as comissões cobradas aos comerciantes recai sobre o sistema financeiro.**

10. Definição da metodologia para apreciação, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 410/XIII/2.ª (BE) - Garante que o Imposto de Selo que incide sobre as taxas cobradas por operações de pagamento baseadas em cartões recaia sobre as instituições financeiras (alteração ao Código do Imposto do Selo, aprovado pela Lei n.º 150/99, de 11 de setembro).

11. Outros assuntos.

No início dos trabalhos, a Senhora Presidente referiu o pedido do BE para que as rondas se efetuassem em sistema de pergunta/resposta, não havendo oposição. De seguida, a Senhora Presidente referiu que o Dr. Paulo Núncio desejava fazer uma intervenção inicial, não havendo, também, oposição de nenhum Grupo Parlamentar (GP). O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) notou que o PCP será o GP que iniciará a audição. O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) sugeriu que o mesmo método seja utilizado caso as restantes audições requeridas pelo PSD sejam aprovadas, que também foi aceite sem oposição, tal como as propostas de audição do PSD neste âmbito. Também houve unanimidade na aceitação da proposta do Senhor Deputado Eurico Brilhante Dias (PS) de que o modelo pergunta/resposta seja usado apenas na primeira ronda.

1. Audição do ex-Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, sobre transferências para paraísos fiscais.

A Senhora Presidente deu as boas vindas ao ex-Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Dr. Paulo Núncio, enquadrando a audição nos requerimentos apresentados por vários GP, após o que deu a palavra ao mesmo para uma alocução inicial.

Em sede de primeira ronda de intervenções, usaram da palavra os Senhores Deputados Miguel Tiago (PCP), Duarte Pacheco (PSD), Eurico Brilhante Dias (PS), Mariana Mortágua (BE) e Cecília Meireles (CDS-PP), tendo o ex-Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais respondido individualmente às questões colocadas.

No âmbito da segunda ronda, intervieram os Senhores Deputados Duarte Pacheco (PSD), João Galamba (PS), Mariana Mortágua (BE), Cecília Meireles (CDS-PP) e Miguel Tiago (PCP). Intervieram ainda os Senhores Deputados Eurico Brilhante Dias (PS) e Paulo Sá (PCP), tendo o ex-Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais usado da palavra para responder ao conjunto das questões.

Verificaram-se ainda interpelações à mesa dos Senhores Deputados Eurico Brilhante Dias (PS), Mariana Mortágua (BE) e Paulo Sá (PCP). Para um protesto interveio ainda a Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE).

Na terceira ronda verificaram-se intervenções dos Senhores Deputados Duarte Pacheco (PSD), Eurico Brilhante Dias (PS), Mariana Mortágua (BE), Cecília Meireles (CDS-PP) e Miguel Tiago (PCP), intervindo o ex-Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, no final, para responder ao conjunto das questões.

Não se registando intervenções adicionais, a Senhora Presidente deu por concluída a audição.

A audição foi gravada, constituindo a gravação parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

A gravação pode ser consultada na [página internet da audição](#).

Após um breve debate sobre quando se continuariam os trabalhos para ouvir o Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais (ficando os restantes pontos da OD adiados), a Senhora Presidente referiu que iria falar com o Senhor Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) à Recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e à Gestão do



Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

Banco para aferir da compatibilidade de agendas das duas comissões (dado que muitos membros da COFMA o são também da CPI).

Suspenderam-se os trabalhos cerca das 14.00.

2. Audição do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, sobre transferências para paraísos fiscais

Às 18 horas retomaram-se os trabalhos da Comissão, com a audição do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais.

A Senhora Presidente deu as boas vindas ao Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, enquadrando a audição nos requerimentos apresentados por vários GP, após o que deu a palavra ao mesmo para uma alocação inicial.

Em sede de primeira ronda de intervenções, usaram da palavra os Senhores Deputados Miguel Tiago (PCP), António Leitão Amaro (PSD), Eurico Brilhante Dias (PS), Mariana Mortágua (BE) e Cecília Meireles (CDS-PP), tendo o Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais respondido individualmente às questões colocadas.

No âmbito da segunda ronda, intervieram os Senhores Deputados António Leitão Amaro (PSD), Eurico Brilhante Dias (PS), Mariana Mortágua (BE), Cecília Meireles (CDS-PP) e Paulo Sá (PCP), tendo o ex-Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais usado da palavra para responder ao conjunto das questões. Interveio ainda, em sede de interpelação à mesa, o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP).

Não se registando intervenções adicionais, a Senhora Presidente deu por concluída a audição.

A audição foi gravada, constituindo a gravação parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

A gravação pode ser consultada na [página internet da audição](#).

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente encerrou a reunião, às 21:05 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 1 de março de 2017

A PRESIDENTE

(Teresa Leal Coelho)

Reunião de 1 de março de 2017

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Leitão Amaro
António Ventura
Carlos Silva
Cecília Meireles
Cristóvão Crespo
Duarte Pacheco
Eurico Brilhante Dias
Fernando Anastácio
Inês Domingos
Jamila Madeira
João Galamba
João Paulo Correia
João Pinho de Almeida
Margarida Balseiro Lopes
Mariana Mortágua
Paulino Ascensão
Paulo Sá
Paulo Trigo Pereira
Ricardo Leão
Rubina Berardo
Teresa Leal Coelho
Filipe Neto Brandão
Jorge Paulo Oliveira
Margarida Mano
Maria das Mercês Borges
Miguel Tiago
Santinho Pacheco

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Hortense Martins